

SEMINÁRIO

“PROJETOS ESTRATÉGICOS DAS FORÇAS ARMADAS: contribuição ao desenvolvimento nacional”

6/5/2014

- **Deputado Eduardo Barbosa** – Presidente da CREDN (Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)
- **Deputada Perpétua Almeida** – Presidenta da Subcomissão Permanente para Acompanhamento dos projetos Estratégicos das Forças Armadas
- **Deputado Carlos Zaratini** – Presidente da Frente Parlamentar de Defesa Nacional

Mesa 4 – A Defesa dos Mares

Coordenador – Deputado Hugo Napoleão

1. Vice Almirante Antonio Carlos Frade, Diretor da DGePEM
2. André Amaro, Presidente da Odebrecht Defesa e Tecnologia
3. Tarcísio Takashi Muta, Presidente da Fundação Ezute, Exposição sobre SisGAAz

- **A importância do mar e o SisGAAz**
- **O avanço do Brasil e a Defesa**
- **O SisGAAz**
- **Desafios a ultrapassar**
- **O Poder Legislativo**

A importância do mar e o SisGAAz

- pesca: 3,5 milhões de empregos diretos/indiretos; R\$ 34 bilhões/ano
 - 95% do comércio exterior; R\$ 2,5 bilhões/dia (quase triplicou em 20 anos)
 - petróleo: reservas de USD\$ 1,5 trilhão; movimenta USD\$ 190 milhões/dia (em 2020: USD\$ 400 milhões/dia)
 - 20 mil km de vias interiores & eficiência logística
 - faixa litorânea de 100 km: 10% do território; 50% da população; 50% do PIB; 70 portos
- ➔ importância do espaço marítimo e fluvial no salto qualitativo do desenvolvimento brasileiro
- ➔ SisGAAz e o patrimônio nacional a ser vigiado, protegido, preservado, defendido, na garantia do seu uso em favor da sociedade

O avanço do Brasil e a Defesa

- **7ª economia do mundo**; 50% de aumento no PIB entre 2002 e 2013, a preços constantes; PIB nominal de R\$ 5 trilhões em 2014
- renda “per capita” real: aumento de 40% entre 2002 e 2013
- investimentos governamentais diretos cresceram 50% em termos reais no período
- END estruturada; o MD ganhou sua “espinha dorsal”
- grupos nacionais “compraram” a END e se envolvem como nunca; ABIMDE/BID fortalece a presença da sociedade (conceito da END)
- END progride; programas estruturantes: Controle do Espaço Aéreo (evolução contínua), Sisfron (em execução), FX-2 (contrato até 12/2014), SisGAAz (propostas em elaboração, contrato até 12/2015), PESE (a iniciar)

O orçamento da Defesa (% PIB) está adequado às premissas da END estabelecidas para o Brasil?

O SisGAAz

- conceito operacional (CONOPS) e requisitos de alto nível (07/2011-12/2013):
 - necessidades levantadas em todos os Distritos Navais; mais de 500 militares entrevistados; estudadas centenas de normas e procedimentos
 - identificadas mais de 600 áreas de interesse; maturidade quanto aos cenários do emprego
 - uso dual; mais de 20 órgãos federais com interesse nas informações provenientes do sistema
- processo mercado: início na LAAD (04/2013); apresentação do CONOPS para empresas (07/2013); minuta da RFP em 01/2014, divulgada com a presença aproximada de 300 profissionais/60 empresas interessadas
- apresentação de propostas: 07/2014; 'short list' em 12/2014; decisão em meados de 2015 e expectativa de contrato até 12/2015

Desafios a ultrapassar

- repetição dos contingenciamentos orçamentários - contradição com o discurso positivo e as decisões estruturantes já adotadas:
 - sem contratos, todo o esforço efetivamente realizado, e com sucesso, será penalizado
 - encarecimento dos contratos já assinados
- tanto o SisGAAz quanto o Sisfron precisam de meios satelitais controlados no país para cumprirem seu papel; o Comando da Aeronáutica, responsável pelo segmento espacial na Defesa teve essa verba contingenciada neste exercício
- segundo a AIAB, empresas que se dedicam às atividades espaciais, normalmente pequenas e médias, e especializadíssimas, correm riscos permanentes de desaparecerem por não continuidade de contratações; é uma situação real

Evitar a fragilização da END – credibilidade junto a BID.

O Poder Legislativo

- Tem existido aqui, tanto na Câmara como no Senado, disposição inegável para compreender e apoiar a construção da END. Este é o ponto de partida que o País necessita.
- O encaminhamento de temas como “não contingenciamento de recursos para a Defesa” e “crescimento do percentual do PIB para a Defesa”, são base para garantir o sucesso da END.
- Com esta base haverá condições de se trabalhar uma solução inteligente e eficaz para que os programas e projetos da Defesa não sofram solução de continuidade.

Investimentos em Defesa de uma Nação sem inimigos, precisam ter foco estratégico no Desenvolvimento.

Obrigado.

CREDEN - Seminário Projetos Estratégicos das Forças Armadas – 6 de maio 2014

(anexo à apresentação de Tarcísio Takashi Muta, Presidente da Fundação Ezute; – Mesa 5, SisGAAz)

[A] Relato Histórico

Tecnologia para Defesa de uma Nação sem inimigos precisa ter foco especial no Desenvolvimento [“dual use”]

O Brasil tem fronteiras com dez países, uma situação peculiar no Mundo. Somente a China e a Federação Russa compartilham tal diversidade. No caso de nosso País, é necessário ressaltar que não existem querelas de limites e muito menos conflitos de vizinhança. Mas uma Nação sem inimigos não pode abrir mão da sua Defesa, sobretudo em tempos tumultuados como acontece no presente. As Forças Armadas devem exercer sua missão dissuasória com ênfase na Soberania, na Independência Tecnológica e na busca de Soluções Inovadoras, neste caso buscando também o Desenvolvimento Nacional, pois aplicações concebidas originalmente para uso militar propiciam ganhos importantes na vida civil.

Empresas com foco na Defesa tem obrigação de propor soluções e nunca se apresentar “com o pires na mão”

A criação de produtos e sistemas para Defesa ocupa sempre a vanguarda tecnológica. Profissionais e empresas dedicadas a essas atividades têm por missão se manter atualizados. São agentes típicos do Desenvolvimento, capacitados para avaliar tendências globais nas suas áreas de conhecimento específico e, por isso, conscientes da responsabilidade que devem exercer nas discussões acerca das grandes questões tecnológicas. Devem estar presentes, prontos a trabalhar em prol das melhores soluções no interesse geral da Sociedade. Temos bem claro que não somos credores do Estado.

MD ganhou sua “espinha dorsal” com a edição da Estratégia Nacional de Defesa [dezembro de 2008]

Importantes decisões foram tomadas e têm sido implementadas com base no Decreto 6.703, de 18 de dezembro de 2008, que adotou e definiu a Estratégia Nacional de Defesa (END). Aguardada faz décadas, essa orientação superior, que legalmente deve ser revista e atualizada a cada quatro anos, abre caminho para que o Ministério da Defesa construa, em conjunto com as Forças Armadas, a “espinha dorsal” para assegurar uma Defesa Nacional integrada, atualizada tanto na organização como na tecnologia e, mais ainda, Soberana. Dali emergiram as bases para os grandes projetos estruturantes hoje em curso e que são objeto dos debates que hoje realizamos sob auspício da representação do povo aqui no Congresso. As tarefas que estão para serem concretizadas são desafiadoras. Porém é importante reconhecer que o Brasil sabe o que deve fazer na construção de sua Defesa.

[B] Brasil – Avanços efetivos nos últimos dez anos

PIB a preços constantes aumentou 50% entre 2002 e 2013. PIB nominal em 2014 ultrapassará os R\$ 5 trilhões. País é a 7ª economia do mundo

Para se obter uma visão clara do cenário nacional é preciso começar pelo desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) em meda constante. Tomando por base a moeda de 1995, segundo a metodologia do IBGE, a economia brasileira cresceu 50% em termos reais no período que vai de 2002, quando a produção foi de R\$ 800 bilhões em reais de 1995, para alcançar R\$ 1.200 bilhões em 2013, sempre com base na moeda de 1995. Neste ano de 2014, o PIB ultrapassará os R\$ 5 trilhões em valores atuais, confirmando a posição do Brasil como a 7ª economia do mundo.

Renda “per capital” real aumentou 40% entre 2002 e 2013. Ciclo de sucesso, bancado pelo consumo

É fato reconhecido, mas sempre vale citar que a expansão material do País se apoia no consumo interno, fruto de aumento real de 40% na renda “per capita” a partir de 2002. O benefício social é reconhecidamente importante, porém não se pode esquecer a fragilidade dos investimentos produtivos, sistematicamente abaixo de 20% do PIB desde o começo do século.

Investimentos governamentais diretos [estatais e academia] e indiretos [BNDES e FINEP] para inovação estão no papel

O programa destinado a impulsionar atividades de inovação lançado em março de 2013, com verba de R\$ 33 bilhões a serem atribuídos pelo BNDES e Finep representa, sozinho, acréscimo de 50% na inversão nacional para melhorar a tecnologia. As condições previstas são excepcionais, com juros médios de 3,5% nominais ao ano, bem abaixo da TJLP aplicada pelo BNDES nos seus programas de estímulo ao investimento. A questão se transfere agora para a concretização desse projeto: são poucos contratos assinados e, em particular, o setor de defesa está na expectativa desse incentivo. Os repetidos contingenciamentos na Defesa são um desestímulo aos empresários até na tomada de empréstimos em condições favoráveis, pois inviabilizam as aplicações de conhecimentos desenvolvidos. A sociedade merece um relato objetivo da trajetória do programa após um ano inteiro de vigência.

END ganha existência prática [SISGaaZ, FX-2, Sisfron]

Fato importante a mencionar é a definição nos grandes projetos estratégicos ligados à Defesa Nacional. A contratação do Sisfron pelo Exército Brasileiro, a colocação no mercado do SisGAAz pela Marinha do Brasil e a definição após mais de uma década em deliberações acidentadas para o fornecimento do FX-2 à Força Aérea Brasileira clarificam a trajetória que o País seguirá nas próximas décadas. A incorporação de tudo aquilo que foi vivido e absorvido no contrato para implantação do SIVAM, em funcionamento desde 2003 e com pleno domínio tecnológico de organizações brasileiras, revela disposição nas Forças Armadas para seguir na curva de aprendizado que nos levará até a Soberania completa de conhecimento.

Colaboração das empresas [ABIMDE] com o MD se fortalece

Para completar esta visão panorâmica, é importante mencionar a presença do segmento privado nas etapas preparatórias que propiciaram o lançamento desses grandes projetos, sobretudo por meio da cooperação cada vez maior da ABIMDE, que representa as empresas e organizações produtivas, com o Ministério da Defesa.

[C] O que precisa acontecer

Repetição dos contingenciamentos orçamentários, em contradição com o discurso positivo e as decisões estruturantes adotadas

Os grandes projetos das Forças Armadas reúnem financiamento internacional acoplado aos equipamentos, condição obrigatória na postura dos fornecedores interessados nos contratos e, sobretudo, condições rígidas para transferência de conhecimento. Porém a Defesa nacional tem outros desafios, que requerem contratos com verbas orçamentárias. Aqui surge o problema tradicional dos contingenciamentos orçamentários. Sem contratos, o esforço já realizado – e com sucesso – será perdido.

Exemplo real dessa contradição

O SisGAAz, tema desta Mesa, está na fase de aguardar ofertas dos proponentes dispostos a competir. Juntamente com o Sisfron, que entra na fase da execução, são dois sistemas complexos que precisam de meios satelitais controlados no País para cumprirem seu papel. A Força Aérea Brasileira tem a responsabilidade, descrita na Estratégia Nacional de Defesa [END] de prover essa solução. Mas o Programa específico para propiciar o desempenho da missão, chamado PESE, teve a verba contingenciada neste exercício de 2014. Aqui não se trata das comunicações do Estado, foco de outro projeto, mas dos meios de captura das informações vitais para o funcionamento dos sistemas de defesa das fronteiras, o Sisfron, e do mar territorial, o SisGAAz. Na falta da rede de satélites de órbita baixa concebidos para assegurar a Soberania nacional na coleta, processamento e interpretação de imagens e outras bases de informação, as respectivas missões estarão comprometidas. E para cumprir essa missão a Força Aérea precisa trabalhar desde já, tendo então necessidade premente do valor contingenciado em 2014.

Empresas que se dedicam às atividades espaciais, quase todas pequenas e especializadíssimas, correm sério risco de desaparecerem em vista dessa prática administrativa. A Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil [AIAB] merece atenção no esforço que faz para preservar o patrimônio arduamente conquistado nesse domínio.

Também vale considerar aqui a importância que os contratos assumidos pelo Estado podem desempenhar como indutores da pesquisa e da inovação tecnológicas. De um lado, o governo encontra dificuldades para colocar em prática a contratação de projetos inovadores, como se verifica na morosidade para se dar vida ao ambicioso programa de estímulo assumido pelo BNDES e Finep. Mas o governo também hesita para contratar empresas e organizações dedicadas à Defesa. Por que não se juntam esses dois temas? Contratos com o Estado podem e devem conter cláusulas que tornem obrigatória a inovação. Quem for incapaz para inovar não têm condições de prosperar na área de Defesa.

O Poder Legislativo é ator fundamental ator na construção efetiva dessa nova realidade

A construção do Orçamento é responsabilidade do Congresso a partir das proposições do Executivo. Existe aqui, tanto na Câmara como no Senado, uma disposição inegável para compreender e apoiar a construção da Estratégia Nacional de Defesa (END). Este é o ponto de partida que o País necessita. Com esta base haverá condições de se trabalhar uma solução inteligente e eficaz para que as ações para Defesa tenham continuidade. A questão, como é bem sabido, não pode ser resolvida por meio de Emendas Parlamentares, que são recurso importantíssimo para programas sociais. A representação do povo saberá encontrar o caminho para resolver a contradição aqui relatada.